



PHC  
**Pipoca**

**HIDRELÉTRICA  
PIPOCA S.A.  
Demonstrações Financeiras  
em 31 de Dezembro de 2018 e 2017**

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS E RESULTADOS ABRANGENTES.....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	6
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	7
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	7
3. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS.....	11
4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	11
5. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES.....	13
6. IMOBILIZADO.....	13
7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	15
8. FORNECEDORES.....	17
9. BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO PARA EMPREGADOS, ENCARGOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES.....	17
10. OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	17
11. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO.....	17
12. PARTES RELACIONADAS.....	19
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	20
14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	20
15. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS.....	21
16. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS.....	21
17. RESULTADO FINANCEIRO.....	22
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	22
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	23

## Balanços Patrimoniais em 31 Dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.647	7.843
Clientes	5	5.903	2.806
Outros créditos	6	1.739	365
		<b>10.289</b>	<b>11.014</b>
<b>Não circulante</b>			
Caixa restrito	4	2.725	3.406
Outros créditos	6	-	415
		<b>2.725</b>	<b>3.821</b>
<b>Imobilizado</b>			
Intangível	7	91.656	94.712
		55	53
		<b>91.711</b>	<b>94.765</b>
		<b>94.436</b>	<b>98.586</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>104.725</b>	<b>109.600</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	10	1.578	5.668
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	6.579	6.584
Obrigações trabalhistas e tributárias	11	780	651
Outras obrigações	12	4.888	3.104
		<b>13.825</b>	<b>16.007</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	32.832	39.031
IRPJ e CSLL diferidos		215	-
		<b>33.047</b>	<b>39.031</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>46.872</b>	<b>55.038</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	15	41.360	41.360
Reservas de lucro	15	16.493	13.202
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>57.853</b>	<b>54.562</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>104.725</b>	<b>109.600</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro

Em milhares de Reais

<b>DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS</b>	<b>NOTA</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Receita operacional líquida	16	27.037	28.903
Custos da operação, conservação e compras	17	(11.533)	(16.346)
Lucro bruto		15.504	12.557
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas, pessoal e gerais	18	(1.043)	(1.293)
Total das receitas (despesas) operacionais		(1.043)	(1.293)
Receitas financeiras	19	596	1.836
Despesas financeiras	19	(4.033)	(4.586)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(3.437)	(2.750)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		11.024	8.514
IRPJ e CSLL	13	(1.203)	(1.590)
Lucro líquido do exercício		9.821	6.924

## Demonstrações de resultados abrangentes do período findo em 31 de Dezembro

Em milhares de Reais

	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Lucro líquido do período</b>		9.821	6.924
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Resultado abrangente total</b>		9.821	6.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de Reais

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de lucros a realizar		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>41.360</b>	<b>2.063</b>	<b>18.535</b>		<b>61.958</b>
Dividendos complementares			(12.675)		(12.675)
Lucro líquido do exercício				6.924	6.924
Reserva legal		346		(346)	-
Reserva de lucros a realizar			4.933	(4.933)	-
Dividendos mínimo obrigatório				(1.645)	(1.645)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>41.360</b>	<b>2.409</b>	<b>10.793</b>	<b>-</b>	<b>54.562</b>
Dividendos complementares			(4.198)		(4.198)
Lucro líquido do exercício				9.821	9.821
Reserva legal		491		(491)	-
Reserva de lucros a realizar			6.998	(6.998)	-
Dividendos mínimo obrigatório				(2.332)	(2.332)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>41.360</b>	<b>2.900</b>	<b>13.593</b>	<b>-</b>	<b>57.853</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais

<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	11.024	8.514
Ajustes:		
Depreciação e Amortização	3.095	3.094
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	3.847	4.381
Receita financeira de investimentos mantidos até o vencimento	(596)	(285)
	<u>17.370</u>	<u>15.704</u>
(Aumento) redução nos ativos		
Clientes	(3.097)	(315)
Outros créditos	(959)	(382)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(4.090)	5.601
Obrigações trabalhista e tributárias	129	-
Outras contas a pagar	1.097	1.146
Fluxo de caixa após variações de ativos e passivos operacionais	<u>10.450</u>	<u>21.754</u>
Partes relacionadas	-	(940)
Juros pagos com empréstimos	(3.897)	(4.032)
Imposto de renda e contribuição social	(988)	(1.590)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>5.565</u>	<u>15.192</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(41)	(6)
Aplicações financeiras	1.277	362
Caixa Líquido gerado pelas atividades de investimento	<u>1.236</u>	<u>356</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos	(6.154)	(6.229)
Dividendos pagos	(5.843)	(15.295)
Caixa Líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(11.997)</u>	<u>(21.524)</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(5.196)</u>	<u>(5.976)</u>
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa		
No início do período	7.843	13.819
No fim do período	2.647	7.843

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Companhia" ou "Pipoca") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 17 de junho de 2004, com sede no Município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. A Companhia obteve, por meio da Resolução Autorizativa nº 474 de 6 de março de 2006, a autorização para implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica ("PCH") Pipoca até setembro de 2031. Em outubro de 2008, foram iniciadas as obras de implantação da PCH Pipoca, localizada no Rio Manhuaçu, entre os Municípios de Ipanema e Caratinga. A Hidrelétrica iniciou sua operação de geração de energia em outubro de 2010 com capacidade instalada de 20 MW.

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACL – Ambiente de Comercialização Livre;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- MRE – Mecanismo de realocação de energia;
- PLD – Preço de Liquidação das Diferenças; e

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

### 2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Os eventos subsequentes foram avaliados até 8 de maio de 2019, data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria.

### 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Companhia é o real ("BRL" ou "R\$"). Para fins de apresentação, as demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$.

### 2.4 Principais políticas contábeis

A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor. As políticas contábeis das controladas são ajustadas, quando aplicável, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

### Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações, que são aplicáveis à Companhia, estão descritos a seguir:

- **CPC48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros** – A Companhia aplicou as alterações ao CPC48/IFRS 9, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018, que trouxe novas abordagens sobre a: (i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, (ii) perda por redução ao valor recuperável e (iii) contabilização de hedge. As classificações dos instrumentos financeiros da Companhia estão descritas na Nota 20.

- **CPC47/IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes** – A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2018, a CPC47/IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes. Esse novo pronunciamento tem como princípio fundamental o reconhecimento da receita quando da transferência de controle dos bens e serviços para o cliente e por um montante que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens ou serviços. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes para Companhia.

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo das cinco etapas determinadas pelo CPC47/IFRS 9.

#### **Pronunciamentos emitidos, mas ainda não vigentes**

A Companhia avaliou as principais alterações advindas dos novos pronunciamentos contábeis e da revisão de pronunciamentos existentes emitidos pelo IASB/CPC até a data dessas demonstrações financeiras, mas que ainda não estão em vigor. Nessa avaliação, foi realizado o julgamento de quais alterações seriam relevantes para a Companhia, quantitativa ou qualitativamente, sendo detalhadas a seguir:

- **CPC06(R2)/IFRS 16 Arrendamento mercantil** - Em janeiro de 2016, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 16, que substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil e interpretações relacionadas. A IFRS 16 estabelece que em todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, com limitadas exceções, o arrendatário deve reconhecer um passivo de arrendamento no balanço patrimonial no valor presente dos pagamentos, mais custos diretamente alocáveis e ao mesmo tempo que reconhece um direito de uso correspondente ao ativo subjacente. Durante o prazo do arrendamento mercantil, o passivo de arrendamento é ajustado para refletir os custos financeiros e pagamentos feitos e o direito de uso é amortizado, semelhante às regras de arrendamento financeiro segundo a IAS 17. Este pronunciamento entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Companhia fará a transição utilizando a abordagem retrospectiva modificada simples, ou seja, aplicará os requerimentos da norma de arrendamento mercantil a todos os seus contratos existentes na data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019, reconhecendo um passivo de arrendamento e um ativo intangível decorrente dos direitos de uso. Sendo assim, não serão rerepresentadas informações e saldos em base comparativa.

A nova política contábil para reconhecimento e mensuração dos arrendamentos inclui:

- Contratos cujos prazos sejam superiores a 12 meses;
- Operações cujos valores sejam superiores a R\$ 1 milhão; e
- Aplicação de uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos, sendo essa taxa média dos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia;

Dentro deste contexto a Companhia não possui arrendamentos para serem registrados.

## **2.5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.



As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
2.5	Impactos do IFRS 16
7	Imobilizado
8	Teste de <i>impairment</i> e ativos não financeiros

### 3. GESTÃO DE RISCOS

A Pipoca realiza a gestão de riscos com o objetivo de suportar o atingimento de suas metas e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da companhia e a continuidade do negócio. A estratégia de gestão de riscos da Companhia, objetiva proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais a Companhia está exposta. Abaixo são mapeados diversos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir:

- **Riscos operacionais:** relacionados à eficiência operacional dos ativos, disponibilidade dos sistemas, pessoas e processos internos;
- **Riscos hidrológicos** relacionados a sazonalidade das receitas;
- **Riscos de mercado:** relacionados a preços, inflação e taxas de juros;
- **Risco de crédito:** Relacionados aos créditos com clientes e investimentos financeiros;
- **Risco de liquidez:** relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras.

#### 3.1 Riscos operacionais

A Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados para as atividades de operação e manutenção ("O&M") de sua central geradora de energia elétrica, comumente o fornecedor dos equipamentos, e, caso esses serviços não sejam adequadamente executados, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante. A gestão desse risco é feita no sentido de garantir da eficiência operacional da usina, sendo mantidos planos de manutenção e monitoramento semanal, além de planos de manutenção preventiva e inspeção rotineira dos ativos semestralmente, bem como o acompanhamento tempestivo da geração de energia na usina, de forma a realizar intervenções necessárias, inclusive em relação aos prestadores de serviços, para corrigir desvios.

A Companhia depende altamente dos serviços de profissionais técnicos na execução de suas atividades e caso a Companhia venha a perder os principais integrantes desse quadro de pessoal, a Companhia terá de atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, o que pode ter um custo elevado para a Companhia. A área gestão de pessoas da Companhia possui um processo estruturado para contratar e/ou repor pessoas chave para posições técnicas e de liderança da organização, além de manter objetivos e programas para seu desenvolvimento contínuo e retenção.

Adicionalmente, os processos e sistemas da Companhia contam com um ERP que garante a integração das informações das áreas de negócios com os sistemas contábeis e gerenciais da Pipoca e são atualizados periodicamente para capturar alterações processuais relevantes e avanços no ambiente tecnológico.

#### 3.2 Risco hidrológico

A energia gerada pela PCHs é influenciada pelo regime hidrológico dos rios das regiões onde estão implantadas. Em função dos requisitos regulatórios no Brasil, a receita proveniente da venda de energia das PCHs pode não ser auferida pela energia efetivamente gerada, e sim pela garantia física de cada usina, determinada pelo poder concedente, em um mecanismo opcional denominado MRE, que faz o compartilhamento da energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além de suas garantias físicas individuais para aqueles que geraram abaixo delas. A opção é realizada anualmente.

As eventuais diferenças entre a geração e a garantia física do MRE são ajustadas proporcionalmente entre os participantes e a quantidade deste ajuste é valorada ao PLD, mediante a aplicação de um fator de ajuste conhecido como *General Scaling Factor* (GSF).

### 3.3 Risco de mercado

O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação das taxas de mercado. A exposição da Companhia deriva, principalmente, de empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras com taxas de juros pré ou pós-fixadas, TJLP e índices de inflação. A carteira composta por esses instrumentos financeiros é monitorada mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia de longo prazo em vigor possuem cláusula de reajuste inflacionário, o que representa um hedge natural para as dívidas e obrigações indexadas aos índices de inflação.

A Pipoca comercializa energia no ACL, a Companhia procura vender gradativamente a energia disponível, com vistas a preços atrativos e à minimização do risco de exposição aos preços de curto prazo (*spot* ou PLD). Na parcela dos ativos vinculada ao ACL, a diferença entre a geração e a venda é liquidada no mercado de curto prazo pela CCEE. Fatores relacionados à liquidez do mercado de energia podem afetar os preços de mercado.

### 3.4 Risco de crédito

Os riscos de crédito decorrem das operações comerciais da Companhia ou de investimentos financeiros.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras no ACL, a Companhia exige garantias que podem ser fiança bancária ou outra modalidade de garantia, de acordo com a política de crédito.

Em relação aos investimentos financeiros, limites de crédito são avaliados e praticados para cada contraparte com a qual temos exposição de crédito. Além disso, a Pipoca busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, sendo resumida no quadro a seguir:

	Nota	2018	2017
Caixas e equivalentes	4	2.647	7.843
Clientes	5	5.903	2.806
Caixa restrito	4	2.725	3.406
Total		11.275	14.055

### 3.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Pipoca não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são os financiamentos com o BNDES, sendo seus vencimentos contratuais demonstrados nas Notas 9.

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação individualmente. Eventualmente, podem ser utilizados instrumentos de adiantamento de capital ou de mútuo para coberturas pontuais de caixa.

A Companhia busca relacionamento bancário regular para manter atualizado seus limites de crédito junto às instituições financeiras parceiras no intuito de estar preparada para obter, se necessário, linhas de crédito para auxiliar na gestão de liquidez de curto prazo.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, o Grupo tem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas ("*covenants*") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas

têm sido atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, conforme divulgado na Nota 9.

### 3.6 Seguros

A Companhia mantém seguros com a cobertura contratada considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. O principal seguro vigente em 31 de dezembro de 2018, é referente ao risco de responsabilidade civil e operacional e apresenta cobertura de aproximadamente R\$100.000. A Pipoca acredita que mantém seguros adequados ao mercado de atuação da Companhia no Brasil.

## 4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

### Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate, junto ao próprio emissor, em até 90 dias da data da aplicação considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

Quando a aplicação apresenta algum tipo de restrição ao resgate, por estarem vinculadas a operações de créditos ou foram cedidas como garantias em operações comerciais, são registradas como aplicações financeiras mantidas até o vencimento, registradas ao custo amortizado e classificadas no ativo não circulante quando o vencimento for superior a 12 meses.

	2018	2017
Bancos	1.741	5.834
Aplicações financeiras de liquidez imediata	906	2.009
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.647</b>	<b>7.843</b>
Caixa restrito	2.725	3.406
<b>Total caixa, equivalentes de caixa e caixa restrito</b>	<b>5.372</b>	<b>11.249</b>

Em 31 de dezembro de 2018, o caixa e equivalentes de caixa incluem, além dos saldos em contas bancárias, Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas, livres de IOF, lastreadas em Debêntures, com liquidez diária sem perda de valor e resgatáveis junto ao emissor. As aplicações financeiras restritas incluem instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos obtidos do BNDES, descritos na Nota 9.

A remuneração média das aplicações financeiras de liquidez e caixa restrito no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de 94% do CDI (95% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

## 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

### Política contábil

São instrumentos financeiros classificados na categoria empréstimos e recebíveis e representam os valores a receber pela venda de energia efetuada pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de eventuais estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável.

A prática contábil sobre o reconhecimento de receitas está apresentada na Nota 16.

	2018	2017
ACL (Ambiente de Contratação Livre)	-	-

	2018	2017
Comercializadora, consumidores livres e transmissores	5.865	2.806
Contabilização - CCEE	38	-
<b>Total</b>	<b>5.903</b>	<b>2.806</b>

**Contas a receber ACL:** representados por contas a receber de comercializadoras e consumidores livres relativas a energia gerada pela usina e liquidadas no curto prazo, ao preço de mercado, negociados pela Companhia e seus clientes livremente. Normalmente possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

**Contabilização CCEE:** o saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados dentro do prazo de 45 dias. O risco de crédito desse ativo decorre da própria CCEE.

Não há saldos relevantes em atraso em 31 de dezembro de 2018 e 2017, portanto, não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

## 6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	2018	2017
Tributos a recuperar	340	251
Adiantamento a fornecedores	5	3
Partes relacionadas (nota 14)	766	14
Depósitos judiciais	430	410
Despesas a apropriar	193	-
Outros	5	102
<b>Total</b>	<b>1.739</b>	<b>780</b>
Apresentados no ativo:		
Circulante	1.739	365
Não circulante	-	415

## 7. IMOBILIZADO

### Política contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

A depreciação dos ativos em operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo da autorização de funcionamento das usinas.

A política contábil para o teste de *impairment* do ativo imobilizado está descrito na Nota 8.

### Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas das vidas úteis dos ativos são periodicamente avaliadas e atualizadas. O cálculo das vidas úteis requer que a Companhia assuma premissas sobre condições futuras que são incertas. Alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nos ativos da Companhia.

Demonstrada abaixo a movimentação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Edificações	Outros	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>29.631</b>	<b>51.193</b>	<b>13.408</b>	<b>3.559</b>	<b>97.791</b>
Adições	6	-	-	-	6
Depreciação	(1.167)	(1.562)	(356)	-	(3.085)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>28.470</b>	<b>49.631</b>	<b>13.052</b>	<b>3.559</b>	<b>94.712</b>
Custo histórico	36.760	60.822	15.608	3.566	116.756
Depreciação acumulada	(8.290)	(11.191)	(2.556)	(7)	(22.044)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>28.470</b>	<b>49.631</b>	<b>13.052</b>	<b>3.559</b>	<b>94.712</b>
Adições	-	19	-	10	29
Depreciação	(938)	(1.564)	(353)	(230)	(3.085)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>27.532</b>	<b>48.086</b>	<b>12.699</b>	<b>3.339</b>	<b>91.656</b>
Custo histórico	36.760	60.841	15.608	3.576	116.785
Depreciação acumulada	(9.228)	(12.755)	(2.909)	(237)	(25.129)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>27.532</b>	<b>48.086</b>	<b>12.699</b>	<b>3.339</b>	<b>91.656</b>

Não houve juros capitalizados ao imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Os empréstimos e financiamentos exigem alienação fiduciária sobre os ativos da Companhia. Na Nota 9 há o detalhe dos empréstimos que exigem esse tipo de garantia.

As vidas úteis utilizadas para o cálculo e registro da depreciação no exercício de 2018 são as seguintes:

UGC	Taxas de depreciação		
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Reservatório, barragens e adutoras
Pipoca	3,2%	2,3%	2,6%

A Companhia não alterou sua expectativa das vidas úteis dos ativos no exercício.

## 8. TESTE DE IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

### Política contábil

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Essa indicação pode se dar por fatores internos decorrentes da eficiência operacional dos ativos ou externas em função do cenário macroeconômico e do comportamento dos preços de energia elétrica.

Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado, utilizando-se a metodologia do valor em uso, que consiste em apurar os fluxos de caixa futuros do ativo ao seu valor presente, utilizando o custo do capital, apurado por meio do *WACC*, para seu desconto. O teste de *impairment* é obrigatório quando houver ativo intangível com vida útil indefinida, conforme requer o CPC01.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o seu valor em uso, salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização com a finalidade de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia, antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável quando aplicável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto

no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros.

### Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia determina seus fluxos de caixa com base nos orçamentos aprovados pela administração, os quais utilizam as seguintes premissas: (i) disponibilidade dos recursos hídricos (ii) custos e investimentos baseados na melhor estimativa com base em desempenhos passados; (iii) preços de venda consistentes com contratos e as projeções disponíveis para o PLD; (iv) vida útil de cada unidade geradora de caixa; e (v) taxas de desconto que refletem riscos específicos de cada unidade geradora de caixa. Essas premissas estão sujeitas a riscos e incertezas. Portanto, existe a possibilidade de que mudanças nas circunstâncias alterem essas projeções o que pode afetar o valor recuperável dos ativos.

A Companhia possui apenas uma UGC, sendo apresentado abaixo um resumo dos saldos contábeis e a sua margem operacional:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018				
UGC	Imobilizado	Intangível	Ativo total	Margem Operacional
Pipoca	91.656	55	91.711	53%

Com base no quadro apresentado anteriormente, é possível verificar que os ativos apresentam margem operacional de 53%. A Companhia mantém modelos internos de projeção dos fluxos de caixa dessa UGC para auferir os seus valores recuperáveis, os quais consideram a capacidade instalada de geração do empreendimento, bem como taxa de desconto que variam de 5,73% a.a. até 7,22% a.a. em termos reais. A análise do resultado das projeções, das margens operacionais descritas acima, bem como os indicadores financeiros da UGC denota que não há indícios internos que os ativos possam estar com dificuldade em sua recuperação. A Companhia também não identificou fatores externos que indicassem existência de desvalorização dessa unidade. Dessa forma, a Companhia concluiu não ser necessário realizar a apuração do valor recuperável para fins de teste de *impairment*.

Não há ativos intangíveis com vida útil indefinida nas UGCs.

A Companhia concluiu não ser necessário o reconhecimento de perdas por *impairment* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

## 9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

### Prática contábil

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

### 9.1 Composição do saldo e movimentação no exercício

	Passivo circulante		Passivo não circulante		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Contratos BNDES	6.579	6.584	32.832	39.031	39.411	45.615
<b>Total</b>	<b>6.579</b>	<b>6.584</b>	<b>32.832</b>	<b>39.031</b>	<b>39.411</b>	<b>45.615</b>

Os contratos da Companhia referem-se substancialmente a financiamentos obtidos junto ao BNDES. Um resumo dos contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias da Companhia está apresentado a seguir:

UGC	Instituição financeira	Vencimento final	Forma de pagamento	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	2018	2017
-----	------------------------	------------------	--------------------	------------------------	-----------	------	------

Pipoca	BNDES	Janeiro/2025	mensal	TJPL + 2,15%	Fiança bancária, conta reserva, alienação do ativo e ações	39.411	45.615
--------	-------	--------------	--------	--------------	--	--------	--------

O prazo e custo médio nominal da dívida em 31 de dezembro de 2018 era de 3,06 anos e 8,31% a.a.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos nos exercícios é demonstrada a seguir:

	Principal	Encargos	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>45.446</b>	<b>169</b>	<b>45.615</b>
Pagamento de principal	(6.154)	-	(6.154)
Encargos financeiros pagos	-	(3.897)	(3.897)
Encargos financeiros provisionados	-	3.847	3.847
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>39.292</b>	<b>119</b>	<b>39.411</b>

## 9.2 Cronograma de pagamento

Os fluxos de pagamento futuros da dívida são os seguintes:

	Principal	Juros	Total
2019	6.482	2.896	9.378
2020	6.523	2.404	8.927
2021 a 2023	19.047	4.138	23.185
2024 a 2025	7.240	338	7.578
	<b>39.292</b>	<b>9.776</b>	<b>49.068</b>

O fluxo de caixa das amortizações da dívida trata-se de projeção, considerando os fluxos contratuais de amortização de principal e juros, bem como estimativa futura de taxas TJLP, inflação e dos juros contratuais.

## 9.3 Garantias

As garantias dos financiamentos são as usuais a um *Project Finance*, incluindo: contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos apresentados, alienação das ações da Companhia e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

## 9.4 Covenants Financeiros

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a índices de restrição de endividamento (*covenants*), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). O não cumprimento desses *covenants* pode resultar em aceleração do vencimento das dívidas.

Na tabela a seguir, demonstramos os *covenants* exigidos:

UGC	ICP	ICSD
Pipoca	30%	≥ 1,2

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e as UGCs encontravam-se integralmente adimplente em relação aos seus respectivos *covenants*. O cálculo do atingimento do ICSD e do ICP é apresentado a seguir:

ICSD	2018
<b>Geração de caixa das atividades (a)</b>	<b>17.736</b>
(+) Lucro antes do IRPJ e CSLL	11.024
(+) resultado financeiro	3.437
(+) depreciações e amortizações	3.095
<b>Serviço da dívida (b)</b>	<b>10.051</b>
Amortização de principal	6.154
Pagamento de juros	3.897
<b>ICSD auferido (a)/(b)</b>	<b>1,76</b>



ICP	2018
Patrimônio líquido (a)	57.853
Ativo total (b)	104.725
ICP auferido (a)/(b)	55%

## 10. FORNECEDORES

	2018	2017
Fornecedores O&M e serviços gerais	1.474	5.668
Compra de Energia	104	-
	<b>1.578</b>	<b>5.668</b>

**Fornecedores O&M e serviços gerais:** representados substancialmente pelos fornecedores de O&M. Conforme descrito na Nota 3.1, a Companhia contrata com prestadores de serviços terceirizados as atividades de operação e manutenção da central hidrelétrica, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos da usina.

**Compra de energia:** as compras de energia são realizadas substancialmente para a cobertura das garantias físicas da companhia, de acordo com a estratégia de sazonalização<sup>1</sup>.

## 11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

### Política contábil

Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

Os impostos a pagar decorrem das obrigações fiscais correntes, apuradas mensalmente com base nas legislações fiscais e jurisdições nas quais a Companhia opera. Estão incluídos impostos apurados nas esferas municipais, estaduais e federais. Quando a Companhia é responsável tributária pelo recolhimento dos tributos de seus fornecedores, é efetuada a retenção desses tributos e recolhimento perante os órgãos competentes.

	2018	2017
Benefícios de curto prazo a empregados		
Salários e encargos	10	8
Provisões trabalhistas	35	26
Obrigações tributárias		
IRPJ e CSLL a recolher	277	164
Impostos a pagar	450	314
Tributos retidos sobre terceiros	8	139
	<b>780</b>	<b>651</b>

## 12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2018	2017
Dividendos	2.332	1.645
Partes relacionadas	2.302	1.426
Provisões diversas	254	-
Outros	-	33
	<b>4.888</b>	<b>3.104</b>

## 13. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

<sup>1</sup> O processo de sazonalização para fins de lastro na CCEE define os montantes mensais que serão utilizados na aferição dos ajustes dos agentes em relação à venda de energia e sua geração.

---

### Política contábil

---

A Companhia revisa anualmente a opção sobre o regime de tributação com base nas suas projeções de resultado, buscando sempre a opção que for economicamente mais favorável para a operação. No exercício de 2018 a Companhia foi tributada pelo regime do lucro presumido.

As empresas tributadas pelo lucro presumido auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 20 mensais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os impostos diferidos ativos não são reconhecidos quando a recuperabilidade destes ativos não for provável.

---

O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro no resultado está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	2018	2017
<b>Receita bruta</b>	<b>30.568</b>	<b>32.137</b>
Lucro presumido IRPJ - 8%	2.445	2.571
Receitas financeiras	596	1.836
Outros	174	-
Base de cálculo	3.215	4.407
<b>IRPJ - Alíquota de 25%</b>	<b>(804)</b>	<b>(1.078)</b>
<b>Receita bruta</b>	<b>30.568</b>	<b>32.137</b>
Lucro Presumido CSLL - 12%	3.668	3.856
Receitas financeiras	596	1.836
Outros	174	-
Base de cálculo	4.438	5.692
<b>CSLL - Alíquota de 9%</b>	<b>(399)</b>	<b>(512)</b>
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social - Corrente</b>	<b>(1.203)</b>	<b>(1.590)</b>

## 14. PARTES RELACIONADAS

### 14.1 Ativos e passivos

O grupo de outros créditos e outras obrigações referem-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

	2018				2017			
	Ativo circulante		Passivo circulante		Ativo circulante		Passivo circulante	
	Clientes	Outros Créditos	Outras obrigações	Dividendos a pagar	Clientes	Outros créditos	Outras obrigações	Dividendos
Omega Geração	-	725	(1.555)	-	-	9	(815)	-
Comercializadora	890	8	(129)	-	74	-	(87)	-
UGC Indaiás	-	2	(2)	-	-	1	(1)	-
UGC Delta 1	-	2	(46)	-	-	1	(7)	-
UGC Gargaú	-	2	(2)	-	-	-	-	-
UGC Serra das Agulhas	-	-	(1)	-	-	-	(1)	-
UGC Delta 2	-	2	(50)	-	-	3	-	-
Implantação 1	-	-	-	-	-	-	(49)	-
UGC Delta 3	-	-	(389)	-	-	-	(2)	-
Asteri	-	-	-	(1.190)	-	-	(1)	(839)
Implantação 2	-	-	-	-	-	-	(390)	-
Grupo Omega Desenvolvimento	-	25	(128)	-	-	-	(73)	-
Cemig	1.303	-	-	(1.142)	1.648	-	-	(806)
	<b>2.193</b>	<b>766</b>	<b>(2.302)</b>	<b>(2.332)</b>	<b>1.722</b>	<b>14</b>	<b>(1.426)</b>	<b>(1.645)</b>

### 14.2 Demonstração de resultados

O grupo despesas administrativas refere-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros). Os valores positivos refletem o repasse de custos da Companhia para as partes relacionadas. Eventualmente são realizadas operações de compra e venda de energia entre partes relacionadas.

	2018			2017		
	Receita Operacional Líquida	Administrativas, pessoal e gerais	Custo da operação e conservação	Receita Operacional Líquida	Administrativas, pessoal e gerais	Custo da operação e conservação
Omega Geração	-	(719)	-	-	(521)	-
Comercializadora	1.293	(6)	-	-	(25)	(427)
Implantação 1	-	-	-	-	(39)	-
Implantação 2	-	-	-	-	(28)	-
Grupo Omega Desenvolvimento	-	(25)	-	-	(36)	-
Cemig	17.527	-	(1.379)	16.934	-	-
	<b>18.820</b>	<b>(750)</b>	<b>(1.379)</b>	<b>16.934</b>	<b>(649)</b>	<b>(427)</b>

## 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Política contábil

A remuneração os acionistas se dá sobre a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovada pelos acionistas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido.

### 15.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é de R\$41.360, representado por 41.360.000 ações ordinárias.

### 15.2 Distribuição dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 25% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório; após desconto das reservas;
- Saldo remanescente poderá ser distribuído, destinado à reserva de investimento ou outras reservas sujeitas às leis e ao Estatuto, conforme proposta da Administração.

A Companhia obteve lucro no exercício de 2018, portanto houve destinação de dividendos. A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido apurado em 2018 é a seguinte:

Destinação do Lucro	2018
Lucro líquido do exercício	9.821
(-) Reserva legal 5%	(491)
<b>(=) Lucro líquido ajustado</b>	<b>9.330</b>
Dividendo obrigatório - 25%	(2.332)
<b>Constituição de reserva de lucros</b>	<b>(6.998)</b>

Ao longo do exercício de 2018 foram deliberados no montante de R\$ 4.198 em contrapartida das reservas de lucros.

## 16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

### Política contábil

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física (geração), ajustada ao rateio das perdas<sup>2</sup> informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração e compras), denominado balanço energético, que

<sup>2</sup> As perdas elétricas associadas ao transporte da energia elétrica no SIN, por meio da Rede Básica, provocam um desequilíbrio entre a produção e o consumo total de energia coletada pela CCEE.

credita ou debita a diferença entre as vendas e efetiva geração para a Companhia, normalmente ao valor do PLD.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

O quadro a seguir apresenta a receita operacional líquida em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018		2017	
	R\$	MWh	R\$	MWh
Vendas Mercado Livre – ACL	11.748	32.103	13.004	103.521
Contabilização CCEE	(34)	(1.479)	2.199	6.807
Vendas para partes relacionadas	18.820	58.469	16.934	-
Impostos	(3.497)	-	(3.234)	-
<b>Total receita líquida</b>	<b>27.037</b>	<b>90.572</b>	<b>28.903</b>	<b>110.328</b>

## 17. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS

	2018	2017
Compra de energia	(5.605)	(10.466)
Depreciação e amortização	(3.079)	(3.082)
O&M	(1.754)	(1.683)
Encargo Regulatórios	(906)	(923)
Outros	(189)	(192)
	<b>(11.533)</b>	<b>(16.346)</b>

## 18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	2018	2017
Despesas de pessoal, geral e administrativa	(741)	(1.088)
Depreciação e amortização	(16)	(12)
Outras	(286)	(193)
	<b>(1.043)</b>	<b>(1.293)</b>

## 19. RESULTADO FINANCEIRO

	2018	2017
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	596	1.836
	<b>596</b>	<b>1.836</b>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.847)	(4.381)
Comissão sobre Fiança	(36)	(193)
Outras despesas	(150)	(12)
	<b>(4.033)</b>	<b>(4.586)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(3.437)</b>	<b>(2.750)</b>

## 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Política contábil

A Companhia classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente; e
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente no seu reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado compreende no seu reconhecimento inicial o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

### 20.1 Classificação dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	2018	2017	Consolidado Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	2.647	7.843	A
Caixa restrito	2.725	3.406	A
Clientes	5.903	2.806	A
Empréstimos e financiamentos	39.411	45.615	A
Fornecedores	1.578	5.668	A

A – Custo amortizado

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação ao caixa restrito, são efetuadas aplicações em títulos de taxas pós fixadas, atreladas ao CDI e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil. Em relação aos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui operações contratadas substancialmente com o BNDES, remuneradas à TJLP, que é um instrumento de financiamento de projetos de longo prazo, para o qual não existe um mercado ativo, portanto, presume-se que o valor contábil esteja próximo ao valor justo.

\* \* \*

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Hidrelétrica Pipoca S.A.**  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Hidrelétrica Pipoca S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hidrelétrica Pipoca S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de maio de 2019.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
2SP034519/O-6



Alessandra Aur Raso  
Contadora CRC-1SP248878/O-7